CISION

Le Monde diplomatique

ID: 47611724

01-05-2013

Tiragem: 7500
País: Portugal
Period.: Mensal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 26,48 x 33,13 cm²
Corte: 1 de 3

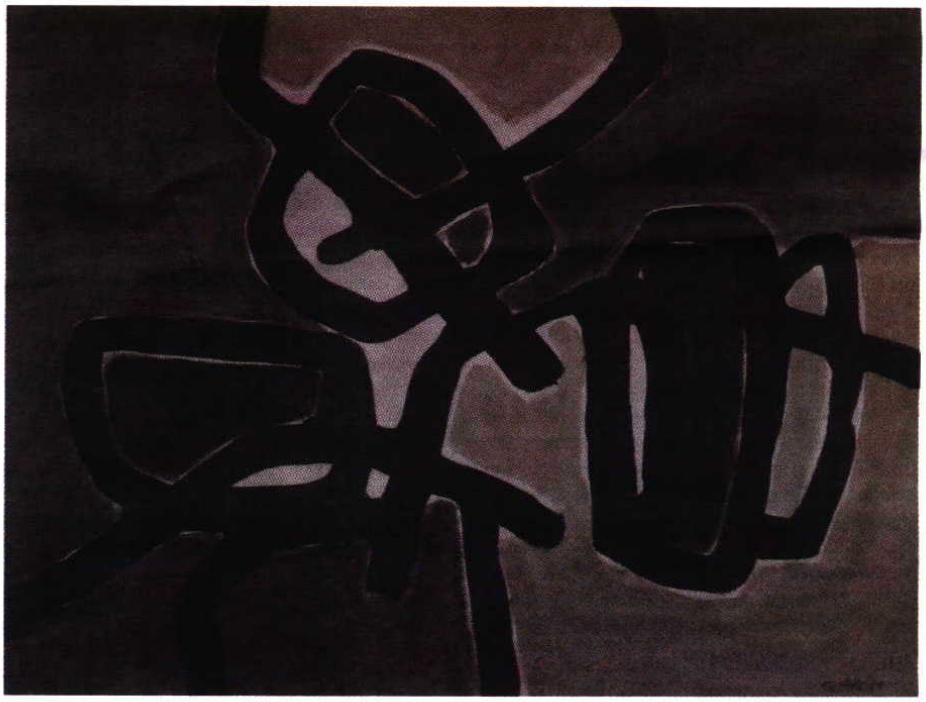
DOSSIÊ . Que fazer com este euro?

Sair do euro não é suficiente, mas é necessário

Renegociar profundamente a dívida e libertar Portugal desse jugo é urgente mas, defendem Nuno Teles e Alexandre Abreu, para enfrentar os problemas estruturais relativos à inserção internacional da economia portuguesa no quadro da adesão ao euro e voltar ao desenvolvimento, essa renegociação implica sair do euro. Considerando que a manter-se o actual contexto de sobrevalorização cambial, exposição à concorrência mundial e ausência de instrumentos de política económica isso será inevitável, os autores analisam os custos e riscos da saída (aumento da inflação e da dívida externa, rupturas potenciais no sistema de pagamentos) para os reduzir à sua verdadeira dimensão e para advogar políticas progressistas que beneficiem as classes populares, dentro e fora de Portugal.

NUNO TELES e **ALEXANDRE ABREU** *

Desemprego a caminho dos 20%; falências em massa de pequenas e médias empresas; queda continuada do consumo, investimento, procura interna e produto interno bruto (PIB); sucessivas rondas de austeridade adicional anunciadas num contexto de espiral recessiva; transformação gradual do Estado social universalista num Estado assistencialista mínimo; forte aumento da parte do capital na repartição funcional do rendimento em detrimento do trabalho; dívida pública cada vez mais insustentável. Estes são alguns dos resultados de dois anos de aplicação das medidas da Troika por este governo. Dois anos marcados por sucessivas revisões em baixa das previsões macroeconómicas, acompanhadas por promessas de uma tímida retoma, sempre adiada e na qual já ninguém verdadeiramente acredita. E, no entanto, este governo parece estar de pedra e cal – não apenas em virtude do bloqueio político introduzido pela conjugação de uma maioria, um governo e um presidente de direita, mas também porque tardam em afirmar-se alternativas à esquerda, susceptíveis de mobilizar uma ampla maioria social e impor uma mudança de rumo.



JUSTINO ALVES . Sem título (1980) . Cortesia da Galeria Bloco 103, Lisboa

Não é difícil perceber por que motivo assim é. As principais alternativas que têm vindo a ser propostas à esquerda e com maior visibilidade no espaço público incidem sobretudo na questão da reestruturação da dívida pública, entendida como constrangimento maior da nossa economia, e variam entre a versão tímida, que visa apenas uma austeridade «mais benigna», e a exigência de uma reestruturação mais profunda num quadro em que os credores cedem às nossas condições (perdão substancial da dívida, fim da condicionalidade, aumento das transferências intra-europeias). Ora, se a primeira destas propostas não é mais do que uma versão ligeiramente mais ambiciosa do que a que está já a ser implementado pela Troika e pelo governo – o aligeiramento gradual das condições de pagamento, como estratégia de legitimação com vista ao prolongamento do processo de engenharia socioeconómica em curso –, a segunda proposta assenta em expectativas irrealistas face à probabilidade de inversão da relação de forças à escala europeia. Em qualquer dos casos, ambas são insuficientes.

Convergimos com a necessidade imperiosa de libertar o país do fardo da dívida de forma consequente e soberana, como aliás muitos outros Estados fizeram ao longo da história. A sangria anual de recursos que o serviço da dívida representa actualmente é comparável ao orçamento anual para a saúde ou a educação, lança o país numa espiral de empobrecimento cada vez mais profunda e destina-se apenas a adiar o inevitável. Contudo, importa acrescentar duas considerações adicionais da maior importância. A primeira é que, no quadro da União Económica e Monetária (UEM), uma renegociação liderada pelo país devedor que seja suficientemente profunda para representar uma verdadeira libertação dos constrangimentos decorrentes da dívida (os juros insustentáveis e a condicionalidade deletéria associada ao Memorando de Entendimento) implica, com forte probabilidade, a cessação do acesso da banca portuguesa ao refinanciamento por parte do Banco Central Europeu (BCE) – e, consequentemente, a necessidade de recuperação da autonomia monetária a fim de evitar a paralisia da economia. Por outras palavras, o imperioso repúdio da camisa-de-forças da dívida está directamente ligado à provável necessidade de saída do euro, uma vez que as elites europeias preferirão suportar algumas perdas próprias do que deixar de punir a indisciplina da periferia comprometendo assim a sua hegemonia. A segunda consideração é ainda mais fundamental, no entanto, e consiste no facto de mesmo um perdão ou repúdio total da dívida pública não ser suficiente para que Portugal retome uma trajectória de desenvolvimento.

Problemas estruturais da economia portuguesa no contexto da adesão ao euro

Como tem vindo a ser reconhecido por um número crescente de analistas, o pro-

CISION

Le Monde diplomatique

ID: 47611724

01-05-2013

Tiragem: 7500
País: Portugal
Period.: Mensal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 13
Cores: Preto e Branco
Área: 27,14 x 30,99 cm²
Corte: 2 de 3

blema da dívida pública portuguesa é no essencial um sintoma de problemas mais profundos, que se encontravam latentes há muito e se tornaram manifestos na sequência da eclosão da crise internacional iniciada em 2007-2008. Esses problemas dizem sobretudo respeito à inserção internacional da economia portuguesa, caracterizada por um crescente endividamento externo resultante do decréscimo da capacidade competitiva da produção nacional no contexto da adesão à moeda única. Ao longo dos últimos vinte anos, a inevitável sobrevalorização do euro face às condições da economia portuguesa (sobredeterminada pelas características e interesses da economia e do capital alemães), a exposição à concorrência acrescida por parte de economias com perfis de especialização directamente concorrentes com o da economia portuguesa (Leste europeu, Ásia oriental, Norte de África), a privatização de empresas quase-monopolistas e a perda de instrumentos de política económica fundamentais por parte do Estado deixaram o tecido produtivo português entre a espada e a parede: crescentemente incapaz de competir (nos mercados interno, europeu e mundial) através da diferenciação e qualidade, dadas as debilidades estruturais da economia portuguesa, mas também impossibilitado de competir eficazmente através do preço, mesmo que leve a cabo um processo brutal de compressão salarial, devido a factores como a dependência energética, a escassa conectividade da economia ou o impacto, nas estruturas de custos das empresas, da captura de vastos sectores infra-estruturais (da energia às auto-estradas) por parte de interesses privados rentistas. Em tais condições, a redução do peso relativo da produção de bens transaccionáveis na produção nacional é apenas uma das facetas de um processo mais amplo, consolidado nos últimos vinte anos, que liga o recentramento do padrão de acumulação português nos sectores protegidos da concorrência e voltados para o mercado interno com os crónicos défice comercial e endividamento externos.

Por mais importante que seja a libertação do jugo da dívida, mesmo a mais bem sucedida renegociação nada fará para responder aos problemas de fundo atrás indicados – e esses problemas constituem não só a raiz mais profunda da crise actual, como também um obstáculo fundamental à retoma de uma trajectória de desenvolvimento. Restam por isso duas opções: a mobilização e actuação à escala europeia a fim de assegurar a inversão da relação de forças e a transformação benigna das estruturas europeias; ou a saída do euro, de modo a não só retomar espaço de desenvolvimento como também a contribuir para a substituição das estruturas da UEM por novas formas de cooperação intra-europeia mais favoráveis ao desenvolvimento, aos trabalhadores e às classes populares.

A primeira opção exigiria uma articulação das forças progressistas à escala europeia a fim de, como condição mínima, assegurar uma conjugação suficientemente eficaz dos seguintes elementos: a depreciação externa do euro; o aumento substancial das transferências intra-europeias; a adopção de políticas orçamentais e de rendimentos expansionistas no centro europeu e, em particular, na Alemanha; e a derrogação parcial das regras de concorrência a fim de proporcionar protecção comercial e espaço para a promoção da qualificação e diversificação económicas na periferia. Ora, por motivos tanto institucionais como económicos e políticos, trata-se de uma tarefa impossível. Em termos institucionais, tanto o mandato do BCE como as regras de concorrência encontram-se blindados para-constitucionalmente nos Tratados europeus, exigindo uma impossível unanimidade entre governos para que sejam alterados à escala europeia. Em termos económicos, a depreciação externa do euro é impossibilitada quer pelo mandato do BCE, quer pelo facto de a cotação actual do euro estar associada a saldos externos nulos ao nível da zona euro como um todo (ainda que resultantes de défices profundos na periferia e superávites significativos no centro). Em termos políticos, a mobilização eficaz à escala europeia é impossível devido ao facto de a própria UEM introduzir um desfasamento inexorável entre as economias do centro e da periferia no que toca às condições objectivas e subjectivas em que se encontram os seus trabalhadores e classes populares (por exemplo, não é possível mobilizar eficazmente as forças progressistas centro-europeias quando o desemprego nos respectivos países ronda os 5%-6%). Acresce, claro, o facto de o tempo ser aqui um factor crucial: anos perdidos a tentar organizar uma resposta europeia inalcançável são anos de aprofundamento do empobrecimento e subdesenvolvimento da periferia.

Quais os custos e riscos da saída do euro?

A alternativa que resta é, por isso, a saída da zona euro e o seu eventual desmantelamento na sua actual configuração, e a recuperação da autonomia monetária e cambial, não simplesmente a fim de proceder a uma desvalorização cambial promotora da competitividade-preço da produção nacional, mas sobretudo com vista à recuperação dos instrumentos necessários à prossecução de uma política desenvolvimentista e favorável aos trabalhadores e classes populares – em Portugal e na Europa como um todo. A única via possível para a diversificação e qualificação da economia portuguesa passa pela recuperação dos instrumentos de política que proporcionem o espaço e o tempo de desenvolvimento necessários a essa qualificação e diversificação. A manter-se o actual contexto de crónica sobrevalorização cambial, exposição à concorrência mundial e ausência de instrumentos de política, um tal processo será sempre inviável. Por outro lado, a única via possível para a inversão da actual relação de forças entre classes passa pela prossecução de uma política expansionista que restaure os níveis de emprego – algo que também só é possível fora da UEM.

Sabemos que esta é uma opção com custos e riscos. A desvalorização cambial traduzir-se-á num aumento da inflação (por via da componente importada da despesa), no aumento real da dívida externa e em rupturas potenciais no sistema de pagamentos. Porém, estes problemas devem ser analisados friamente e na sua verdadeira dimensão. Efectivamente, devido ao efeito da inflação, a desvalorização cambial conduzirá a uma perda real de capacidade aquisitiva dos rendimentos nacionais (incluindo dos rendimentos de capital – e não apenas dos salários e pensões, como tem sido o caso na trajectória actual). No entanto, como a não muito longínqua história portuguesa demonstra, os ganhos ou perdas salariais reais num contexto inflacionista são determinados pela correlação das forças sociais nacionais. Um alinhamento dos salários com a inflação esperada não se traduziria na perda da competitividade ganha graças à desvalorização, já que a primeira é necessariamente inferior à segunda. Outra preocupação, intimamente ligada a esta, tem a ver com a desvalorização das poupanças, mas, também a este nível, tudo depende da política monetária adoptada, nomeadamente no que se refere às taxas de juro. No actual contexto de sobreendividamento privado, é desejável uma taxa de juro inferior à inflação que permita a redução real das dívidas dos actores privados e incentive o consumo e investimento. Uma tal perda de valor dos activos financeiros decorrerá assim de uma escolha política mediada pela inflação, que favorecerá os devedores face aos credores – sendo aliás possível e desejável implementar medidas que protejam os pequenos aforradores.

O segundo problema – o aumento real da dívida externa – mostra-se mais complicado, uma vez que a esmagadora maioria da dívida externa é detida por privados (sobretudo a banca) e não pelo Estado. No entanto, esta dívida está hoje na prática socializada pelas instituições financeiras europeias através dos empréstimos do BCE e do Euro-sistema à banca nacional. Nos casos em que a dívida não puder ser redenominada na nova moeda (o que depende do enquadramento legal dos diferentes contratos de dívida), o Estado português terá no seu banco central o instrumento de renegociação da dívida externa remanescente – englobando-a na renegociação da dívida pública –, já que foi através deste mesmo banco central que boa parte dessa dívida foi canalizada. Por outro lado, no caso das grandes empresas portuguesas que se endividaram directamente no exterior, estas terão que proceder a um recentramento da sua actividade, vendendo os seus activos externos para pagar a sua dívida, no que poderá aliás traduzir-se num salutar retorno de actividade ao nosso país.

Finalmente, o terceiro problema consiste nas potenciais rupturas a nível do sistema de pagamentos . O cenário catastrófico que importa evitar no contexto da saída da UEM é a conjugação de uma crise de dívida, uma crise bancária e uma crise cambial. Se as duas primeiras podem e devem ser prevenidas através de uma acção imediata e eficaz em duas frentes (reestruturação da dívida e nacionalização do sistema bancário, financiado pela emissão de dívida na moeda nacional), a terceira coloca mais problemas, já que depende de variáveis não controladas pelo soberano. Todavia, uma reacção imediata ao nível da conversão monetária (envolvendo dias de feriado bancário, tal como sucedeu em Chipre), a mobilização de garantias (como as reservas nacionais de ouro) no acesso às divisas externas e a imposição de controlos de capitais permitirão minimizar o *overshooting* da desvalorização da nova moeda e ajudarão à estabilização do seu valor num espaço de tempo relativamente curto. Acresce que um tal processo de efectiva repressão financeira permitiria recolocar o sistema financeiro ao serviço das efectivas necessidades da economia portuguesa, quebrando o padrão rentista da acumulação da burguesia nacional e os constrangimentos impostos pelo capital financeiro internacional.

A opção pela saída do euro não pode ser confundida com aventureirismo, pois decorre da avaliação dos constrangimentos com que nos deparamos e dos passos necessários para a sua superação. Também não é uma proposta que decorra de raciocínios meramente económicos: pelo contrário, é uma proposta intrinsecamente política, que tem no seu âmago uma avaliação das perspectivas de evolução da relação de forças entre classes dentro e fora da UEM. E, finalmente, também não é uma proposta com objectivos ou princípios nacionalistas, uma vez que considera o desmantelamento da UEM como uma condição necessária para o progresso das classes populares em toda a Europa – não apenas em Portugal –, podendo e devendo fazer-se acompanhar por novas modalidades progressistas de cooperação entre Estados.

Democracia é poder decidir o nosso futuro. Sair do euro não é uma condição suficiente, mas é uma condição necessária, para que isso possa acontecer. ■

* Respectivamente, economista e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, e economista e investigador do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL). Ambos co-autores do blogue Ladrões de Bicicletas.

CISION

Le Monde diplomatique

ID: 47611724

01-05-2013

Tiragem: 7500
País: Portugal
Period.: Mensal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 26,14 x 12,84 cm²
Corte: 3 de 3

Dossiê

IMPLICAÇÕES DE FICAR E DE SAIR

Que fazer com este euro?

NUNO TELES e ALEXANDRE ABREU